

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 639 - Brasília, sexta-feira, 13 de fevereiro de 1998

SENADORES DESTACAM O ÊXITO DA CONVOCAÇÃO

Cumprimento da pauta, com aprovação de 48 matérias, é um fato novo na política brasileira, afirmam parlamentares de diferentes partidos ao ressaltar o papel desempenhado pelo presidente do Senado



O Senado chega ao fim do período de convocação extraordinária com um saldo de 48 matérias aprovadas. Desse total, 35 propostas foram destacadas pelo senador Antonio Carlos Magalhães como de grande importância, melhorando a imagem do Brasil no exterior. O líder do governo, Elcio Alvares, falando em nome do presidente Fernando Henrique Cardoso, afirmou que a atuação de Antonio Carlos na presidência do Senado é "fundamental" para o êxito da política econômica. O PFL e o PSDB apresentaram votos de louvor a ACM por sua atuação durante a convocação extraordinária. No plenário, parlamentares alinhados ao governo e à oposição cumprimentaram o presidente do Senado. **Páginas 3, 4 e 5**

Na presidência dos trabalhos na sessão de ontem, Antonio Carlos foi homenageado por diversos senadores que ocuparam a tribuna

Lei Pelé vai à sanção do presidente

A redação final da Lei Pelé, que institui normas gerais sobre o desporto brasileiro, foi aprovada ontem pelo Senado e enviada à sanção presidencial. O plenário (foto) apreciou ontem diversas outras propostas da pauta.

Página 2



Aprovação unânime, destaca Benedita da Silva, representa uma homenagem ao ministro Edson Arantes do Nascimento

Lei Pelé, já com redação final, vai à sanção de FHC

Aprovado na sessão de quarta-feira pela unanimidade do plenário, o projeto de lei que institui normas gerais sobre o desporto nacional - conhecido como Lei Pelé - teve aprovada ontem sua redação final, com a incorporação de emendas corrigindo erros de redação. A matéria agora vai à sanção presidencial.



A senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que relatou o projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), fez questão de registrar que a unanimidade representa uma homenagem ao ministro Edson Arantes do Nascimento, o Pelé.

Antes de encerrar as atividades de ontem, o plenário votou e aprovou a redação final

Ela também enfatizou o esforço do líder do governo, senador Elcio Alvares (PFL-ES), do presidente da CAS, senador Ademir Andrade (PSB-PA), e da senadora Emília Fernandes (PDT-RS), na busca de um acordo que garan-

tisse a aprovação do texto da Câmara e a elaboração de uma série de sugestões de aperfeiçoamento, apresentadas ontem a Fernando Henrique Cardoso. Benedita acredita que o presidente da República acatará as sugestões.

Plenário viabiliza a rolagem da dívida de Mato Grosso

Conforme projeto de resolução aprovado ontem pelo plenário do Senado, o estado de Mato Grosso foi autorizado a elevar em 25% seu limite de endividamento, temporariamente e em caráter excepcional, para rolar sua dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1998.

Em seu relatório favorável, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) registrou que, além de ultrapassar o limite de endividamento, o estado está inadimplente junto às instituições do sistema financeiro nacional, fatos que impediriam a emissão de títulos para a rolagem de sua dívida. No entanto, frisou, "tanto a dívida mobiliária quanto as dívidas junto às instituições in-

tegrantes do SFN estão incluídas na renegociação global da dívida estadual", conforme protocolo de acordo firmado entre o estado e o governo federal" em 11 de setembro passado.

Outro projeto de interesse do estado, que solicitava autorização do Senado para a contratação de empréstimo junto ao Bird no valor de US\$ 45 milhões, foi remetido à CAE para reexame, a pedido dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Ernandes Amorim (PPB-RO), Vilson Kleinübing (PFL-SC) e Esperidião Amin (PPB-SC). Segundo Carlos Bezerra (PMDB-MT), que, juntamente com Josaphat Marinho (PFL-BA), votou contra o reenvio à CAE, os recursos seriam aplica-

dos nas demissões voluntárias decorrentes do Programa de Reforma do Estado de Mato Grosso.

Carlos Bezerra salientou que o plenário deu sua autorização a pedidos de operações de crédito de outros dois estados, em situação semelhante à de Mato Grosso. Ele frisou que o atual caos dominante nas finanças de praticamente todos os estados brasileiros é decorrente da concentração de recursos públicos nas mãos da União.

Em seu parecer o senador Gerson Camata (PMDB-ES) destacou que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) registrou a incapacidade de pagamento do estado para honrar os compromissos decorrentes do empréstimo.

Pará e Espírito Santo transferem débito de banco privado para CEF

Os governos dos estados do Pará e do Espírito Santo foram autorizados ontem, conforme dois projetos de resolução aprovados pelo plenário, a transferir seus débitos junto a bancos privados para a Caixa Econômica Federal (CEF).

O Pará transferirá R\$ 24,2 milhões, dos quais R\$ 19,6 milhões eram devidos ao Banco Industrial e Comercial e R\$ 4,6 milhões ao BMC. O Espírito Santo, por sua vez, passará a dever R\$ 26 milhões à CEF, que eram devidos aos bancos BMC (R\$ 17,6 milhões), Fibra (R\$ 7,8 milhões) e Itamarati, incorporado pelo BNC (R\$ 757,5 mil).

As operações, com manifestação favorável do Banco Central,

não representam captação de recursos novos, mas apenas uma substituição de credores.

Conforme frisaram ambos os relatores dos projetos, os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Esperidião Amin (PPB-SC), as transferências são vantajosas, respectivamente, para o Pará e o Espírito Santo, que terão suas dívidas alongadas e os juros reduzidos. Nos dois casos, os relatores também enfatizaram que os contratos aprovados serão peças fundamentais para viabilizar, naqueles estados, a implementação do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal.

Ciência e tecnologia têm aporte de US\$ 155 milhões

O governo federal foi autorizado ontem pelo plenário do Senado a realizar operação de crédito externo junto ao Banco Mundial (Bird) no valor de US\$ 155 milhões. Os recursos serão destinados ao financiamento parcial do Projeto de Suporte à Reforma do Setor de Ciência e Tecnologia (PADCT/III), gerido pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT).

O projeto, conforme frisou o senador Levy Dias (PPB-MS) em seu parecer favorável, tem por objetivo melhorar o desempenho global do sistema nacional de ciência e tecnologia por meio de ações de suporte ao desenvolvi-



Levy Dias: melhor desempenho

mento científico e tecnológico e da apropriação de conhecimentos técnico-científicos na produção de bens e serviços; aumentar a relevância do setor; e aprimorar as condições de competitividade do país.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho
 Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Agenda do Dia

PRESIDENTE
 Senador Antonio Carlos Magalhães

9h30 - Preside Sessão de Encerramento dos trabalhos legislativos da Convocação Extraordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

9h30 - Sessão Não Deliberativa

PREVISÃO DE TRABALHOS

Segunda-feira (16.02.98)

15h30 - Abertura dos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

BALANÇO DA CONVOCAÇÃO

Elcio vê reflexo positivo na política econômica

O líder do governo no Senado, Elcio Alves (PFL-ES), homenageou ontem o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, a Mesa e os senadores pelo trabalho realizado durante a convocação extraordinária. "Os líderes partidários também tiveram um desempenho muito importante para que obtivéssemos esse êxito coletivo", disse.

- Sinto-me tocado pela amizade pessoal e admiração que tenho por Vossa Excelência, presidente Antonio Carlos Magalhães. Nessa convivência, que cada vez mais se estreita, tenho aprendido lições que são fundamentais no exercício da coisa pública. Vossa Excelência em nenhum minuto deixa de lado o interesse público - ponderou.

Falando em nome do presiden-



Elcio: reconhecimento de FHC

te Fernando Henrique Cardoso, o senador afirmou que a atuação de Antonio Carlos Magalhães na presidência da Casa é "fundamental" para que o Brasil tenha êxito na política econômica. "Também queria destacar a posição de baiano de Antonio Carlos, que é um exemplo permanente de amor ao seu estado", salientou Elcio.

PSDB aplaude resgate do papel do Senado

Em nome do PSDB, o senador José Ignacio Ferreira (ES) afirmou ontem que, sintonizado com a homenagem feita a Antonio Carlos Magalhães pelo PFL, o seu partido, "certamente harmonizado com o pensamento de toda a Casa, levanta também a voz" para dizer que o presidente do Senado cumpriu o seu dever.

- Cumpriu muito bem o seu dever, com espírito público, com patriotismo, com alta compreensão do papel nobilíssimo do Senado - frisou.

José Ignacio acrescentou que, com a ampliação do setor de comunicação social do Senado, Antonio Carlos Magalhães assumiu um compromisso com a



Ignácio: ACM cumpriu dever

nação toda.

- Quero dizer a Vossa Excelência - acrescentou o senador, dirigindo-se ao presidente -, em nome pessoal e em nome do PSDB, que Vossa Excelência, com a ajuda da Casa, que compareceu maciçamente às sessões, conseguiu concretizar um dos grandes objetivos nossos: o de nos credenciarmos perante a sociedade brasileira como alguém que presta muitos serviços a ela.

José Ignacio Ferreira lembrou que, no período de convocação extraordinária, foram votadas matérias importantes como a Lei Pelé, o contrato temporário de trabalho e a lei destinada a coibir a lavagem de dinheiro. Disse também que a pauta foi quase que inteiramente cumprida, tendo o Senado deixado de votar apenas o projeto que trata dos planos de saúde e aquele sobre o vínculo trabalhista em cooperativas, devido ao entendimento consensual de que os dois temas mereciam uma maior reflexão.

Decisões mudam imagem do Brasil no exterior, afirma ACM

Um total de 35 matérias importantes votadas - o equivalente a um semestre legislativo de trabalho -, com a aprovação de propostas que tiveram inclusive intensa repercussão no exterior, melhorando a imagem do país. Esse foi o balanço feito ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a respeito da produção parlamentar durante a convocação extraordinária do Congresso Nacional, que termina hoje.

No entender do senador, matérias como a reforma administrativa e os projetos que combatem a lavagem de dinheiro e modificam o sigilo bancário tiveram forte e positiva repercussão no exterior, melhorando o conceito do país junto aos investidores.

Antonio Carlos destacou, ainda, "o inédito nível de comparecimento dos senadores às sessões da convocação extraordinária, oscilando sempre entre 78 e 80 presenças, do total de 81 senadores, o que permitiu também uma produção legislativa igualmente inédita".

Na condição de presidente do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães avaliou que "o Legislativo deu ao governo as reformas que ele pediu para desenvolver o país". Na hipótese de uma reeleição do atual presidente da República, que o senador entende ser "desejo do povo bra-

sileiro", Antonio Carlos considerou que o segundo governo de Fernando Henrique deverá ser mais tranquilo e ainda mais produtivo que o primeiro.

Falando posteriormente no plenário do Senado, Antonio Carlos disse que "nunca a Casa produziu tanto quanto neste período de convocação extraordinária". Se-



ACM: orgulho do trabalho realizado

gundo afirmou, isso se deve aos senadores, que, "com uma noção de responsabilidade invulgar, mostraram ao Brasil que o Senado está em perfeita sintonia com a sociedade".

- Neste período, realizamos talvez o que em muitos semestres ou até anos não tenha se realizado em casas legislativas não ape-

nas do Brasil, mas do mundo inteiro. Comparando-se as proposições aprovadas e o comparecimento dos senadores no Brasil com os Estados Unidos, houve um maior rendimento e comparecimento no Senado brasileiro do que naquele país - afirmou.

Destacando também o trabalho dos presidentes das comissões e dos relatores das matérias, Antonio Carlos frisou que o êxito da convocação deveu-se aos líderes partidários. "Em particular, à eficiente atuação do líder do governo, senador Elcio Alves, que, com espírito de paciência, convenceu os colegas a realizar um trabalho eficiente", assinalou.

- Nós temos que nos orgulhar do trabalho aqui realizado, pois ele permitiu que todos os senadores possam ir aos seus estados disputar qualquer cargo eletivo, dizendo que cumpriram o dever com o país. Nenhum senador deverá mais andar cabisbaixo; poderá andar olhando sempre para cima e para frente, porque não tem pecado a contar em relação à opinião pública e à sua eficiência no trabalho realizado nesta Casa - salientou.

PFL aprova voto de louvor pelo cumprimento da pauta

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) registrou ontem em plenário que a Comissão Executiva Nacional do PFL aprovou, por unanimidade, um voto de louvor ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, considerando uma honra tê-lo como um dos líderes dos quadros do partido.

Segundo Cabral, Antonio Carlos Magalhães honrou o seu compromisso de que a pauta do Senado seria efetivamente cumprida - o que, salientou, talvez tenha acontecido pela primeira vez na

história da Casa. Cabral acrescentou que, a partir de agora, o Poder Legislativo, e sobretudo o Senado, tem uma nova caminhada.

Ele destacou que não há mais lugar para o "velho tempo" em que a convocação extraordinária era identificada com o pagamento de jetom e com um "blá-blá-blá" de senadores.

Cabral assinalou que os homens públicos, lamentavelmente, não têm o reconhecimento de seus contemporâneos. Mas o presidente do Senado, observou o senador amazonense, estava tendo esse



Cabral aplaude o esforço

reconhecimento justo.

- É a justiça que se faz a quem está honrando esta cadeira, cujo peso não é fácil - disse.

Senadores debatem a violência no Rio

A crise da segurança pública e a violência no Rio de Janeiro são os temas do debate, promovido pela TV Senado, entre os senadores fluminenses Artur da Távola (PSDB), Benedita da Silva (PT) e Abdias Nascimento (PDT).

O debate, que teve como mediador o diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita, vai ao ar hoje, amanhã e domingo às 22h30.

BALANÇO DA CONVOCAÇÃO

Senado aprovou 48 matérias da pauta

O Senado aprovou 48 matérias na convocação extraordinária, instalada em 6 de janeiro e que se encerra hoje. A emenda constitucional da reforma administrativa foi aprovada em primeiro turno, e volta à Ordem do Dia em 4 de março. Já a emenda instituindo o regime constitucional dos militares foi votada e promulgada durante a convocação.

Em seis semanas de trabalho, os senadores realizaram 30 sessões plenárias, nas quais foram apreciadas 55 matérias e aprovadas 48, entre elas uma emenda constitucional, 23 projetos enviados à promulgação, 14 à sanção e quatro à Câmara, além de seis mensagens relativas a escolha de autoridades e chefes de missões diplomáticas.

Fazem parte do saldo de aprovações do período extraordinário temas de grande interesse, como a ampliação do número de autoridades que podem sus-

pendar o sigilo bancário e punição da lavagem de dinheiro; a Lei Pelé, sobre relações de trabalho dos jogadores profissionais de futebol; a garantia de que os direitos autorais serão explorados pelos próprios artistas; e a instituição do contrato temporário de trabalho.

O Senado também aprovou a obrigatoriedade do psicotécnico nos exames de motorista; a proteção à propriedade intelectual de programa de computador; regras sobre o serviço voluntário; normas para o transporte multimodal de cargas; definição da radiodifusão comunitária; e a lei orgânica da assistência social.

A Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa está entre os oito acordos internacionais aprovados pelo plenário na convocação extraordinária, ao lado de 14 autorizações de contratação de operações de crédito pelos estados, municípios e União.

A decisão preliminar julgando prejudicado dispositivo da reforma administrativa que permitiria a aposentadoria especial aos magistrados foi uma das votações de maior repercussão realizadas pelo plenário neste período. A Casa também aprovou votos de êxito ao papa João Paulo II e ao presidente Fidel Castro, em função da visita de Sua Santidade a Cuba.

Somente nesta última semana, o Senado apreciou 17 matérias, incluindo o primeiro turno da reforma administrativa, e os projetos sobre sigilo bancário, lavagem de dinheiro, destruição de aeronaves hostis e a Lei Pelé. Sete projetos foram enviados à promulgação, e seis à sanção; e três mensagens de escolha de autoridades e diplomatas foram votadas.

Todas as comissões permanentes trabalharam intensamente durante a convocação, fazendo a primeira discussão das ma-

MATÉRIAS APRECIADAS PELA SENADO NA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA (de 6 de janeiro a 13 de fevereiro)	
Projetos aprovados e enviados à sanção	14
Projetos aprovados e enviados à promulgação	23
- Acordos Internacionais	8
- Operações de Crédito	14
- Assuntos Administrativos	1
Projetos aprovados e enviados à Câmara	4
Mensagens de escolha de autoridades	3
Mensagens de escolha de diplomatas	3
Emenda constitucional enviada à promulgação	1
Total de matérias aprovadas	48
Projetos enviados ao Arquivo	7
Total de matérias apreciadas	55
Sessões realizadas na convocação	30

térias pela Casa e votando os pareceres que serviram de base às decisões do plenário. Além disso, realizaram outras atividades: para dar apenas dois exemplos da última semana, a recepção de comitiva oficial da Guiné-Bissau, pela Comissão de Cons-

tituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e a audiência pública com o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Miranda Abdo, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Júnia pretende aperfeiçoar regras para os planos de saúde

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) disse ontem, em plenário, que a regulamentação dos planos de saúde é um compromisso do Legislativo para com a população brasileira que precisa ser resgatado o mais rapidamente possível.

Lembrou que dirigentes da Associação Médica Americana advertiram que empresas de prestação de serviços nessa área sujeitam aos seus caprichos não apenas a população, mas também os médicos, coagidos a optar por procedimentos menos onerosos.

- O substitutivo erra do ponto de vista técnico, ao submeter todas as entidades que atuam no setor à autoridade única do Ministério da Fazenda. Coloca na mesma situação das seguradoras, 300 entidades de autogestão, 33 cooperativas médicas e 670 empresas de medicina de grupo - disse.

Lamentou que, apesar dos vícios e deficiências, o substitutivo somente poderá ser modificado por meio de emendas supressivas. Ela considerou que, nessas circunstâncias, torna-se ainda mais imperiosa a atuação de todos os senadores no sentido de aperfeiçoar o texto.



Bresser: "Reforma é emblemática de uma nova forma de administração"

Bresser agradece aprovação da reforma administrativa

O ministro da Administração, Luiz Carlos Bresser Pereira, visitou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para agradecer a aprovação da emenda constitucional da reforma administrativa, votada em primeiro turno pelo plenário na terça-feira.

Bresser disse que o objetivo da visita a Antonio Carlos foi "agradecer a liderança que ele teve na aprovação rápida da reforma pelo Senado", e confirmou ter recebido a informação de que a votação em segundo turno de-

verá ocorrer no dia 4 de março, logo após a instalação do período normal de trabalhos do Congresso.

O ministro afirmou que o texto aprovado corresponde a 90% do que foi apresentado pelo governo, em junho de 1995:

- É uma excelente reforma, e é emblemática da reforma gerencial da administração pública, visando torná-la mais próxima da administração de empresas - garantiu.

Segundo Bresser, o Brasil é o primeiro país do Terceiro Mundo a realizar uma reforma como essa;

antes dele, apenas países da Europa adotaram medidas semelhantes. A expectativa do governo é de realizar uma economia de dez bilhões de reais por ano, a partir de 1999.

O ministro disse que o governo tem interesse na rápida regulamentação da emenda, e pretende enviar ao Congresso, logo após a promulgação, as leis complementares que tratam da insuficiência de desempenho, do excesso de quadros e dos subsídios do Supremo, que definem o teto salarial do funcionalismo.

Segundo turno previsto para 11 de março

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, previu ontem que o segundo turno de votação da proposta de reforma administrativa na Casa ocorrerá até o próximo dia 11 de março. Os trabalhos legislativos serão retomados no próximo dia 2, informou o senador, e a partir daí a reforma estará na pauta da Ordem do Dia. Se não houver condições de votar o projeto já no dia 4, explicou Antonio Carlos, "ele será votado na sessão do dia 11".

TV Senado debate o novo serviço público

Reajustes iguais, direito de progressão e responsável pela prestação de serviço ineficiente e o fim do "paleto na cadeira", sinônimo do funcionário que faz do emprego um "bico" - são inovações da reforma administrativa, em discussão neste fim de semana na TV Senado. Participam do debate, que vai ao ar no sábado e no domingo às 19h, os relatores da matéria no Congresso, senador Romero Jucá (PFL-RR) e deputado Moreira Franco (PMDB-RJ).

BALANÇO DA CONVOCAÇÃO



“Agora, que se cumpram as leis”, diz Tebet

Celebrando a atuação do Congresso Nacional nesse período de convocação extraordinária, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse ontem que agora o governo dispõe das leis que considera necessárias para melhorar o país. “Leis nós temos. Portanto, não podemos mais permitir que bebês continuem morrendo, que continuem as intermináveis filas no atendimento à saúde. Agora, que se cumpram as leis”, conclamou o senador.

Tebet lembrou que, nesse período, o Senado chegou a reunir em plenário até 80 senadores, mostrando que estava empenhado em votar as reformas reclamadas pelo governo, tudo sob o comando eficaz de Antonio Carlos Magalhães. “Vou voltar ao meu estado aliviado, na profunda convicção de termos cumprido nossa missão nesta Casa. O Congresso fez sua parte”, disse o senador, acrescentando: “Cumpra agora defender o cidadão”.

Em sua opinião, cabe ao Poder Executivo fazer tudo que estiver ao seu alcance para colocar em operação as normas aprovadas pelo Legislativo. Lembrando que o presidente da República cobrava do Legislativo as reformas sujeitas à deliberação do Congresso, o senador afirmou: “Agora, o presidente as têm todas, incluindo a reforma econômica, a administrativa e a da Previdência. Ficam faltando as reformas tributária e política, mas a culpa não é do Congresso”, afirmou.

O senador também disse que “chegou a hora de agir pelo aperfeiçoamento do Estado e do poder público, chegou a hora do cidadão brasileiro, chegou a hora de olharmos para os principais problemas que estão afundando a população brasileira”. Na opinião de Tebet, com essas reformas aprovadas, o Estado brasileiro não pode mais permitir

que vidas sejam ceifadas, como aconteceu ontem com a secretária da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul, assassinada com dois tiros na cabeça.



Lobão não via tanto trabalho há trinta anos

Ao falar pela liderança do PFL na sessão que concluiu as votações da convocação extraordinária no Senado, o senador Edison Lobão (MA) disse ontem “não ter visto, ao longo de 30 anos de acompanhamento dos trabalhos do Congresso como jornalista, deputado e senador, uma produção legislativa tão intensa, em tão curto espaço de tempo”.

O senador maranhense apontou o papel e a liderança do senador Antonio Carlos Magalhães na presidência da Casa como fundamentais para que esses resultados fossem atingidos. Lobão elogiou o trabalho não só do plenário, mas também das comissões técnicas.



Júnia ressalta quorum e área de comunicação

Ao comentar o final do processo de votações, no Senado, da convocação extraordinária, a senadora Júnia Marise (PDT-MG) destacou o exemplo dado pela Casa ao país, tanto pelo alto quorum registrado durante os trabalhos como pelo volume de produção. Ela elogiou também o sistema de comunicação social implantado pela instituição, “que permiti-

tiu democratizar a ação parlamentar e seu acompanhamento pela opinião pública”.

No entender da senadora mineira, o Senado deu exemplo ao país com seu trabalho e contribuiu, dessa forma, com o processo democrático. Júnia lembrou que, ao longo das votações, os parlamentares puderam “convergir e divergir” na defesa ou na crítica de matérias importantes, “como os projetos da reforma administrativa ou do contrato temporário de trabalho”, contribuindo por esse meio para o fortalecimento do Poder Legislativo.

A senadora elogiou, ainda, o papel desempenhado pelo senador Antonio Carlos Magalhães na condução dos trabalhos e sua sensibilidade e liderança no exercício da presidência da Casa.



Senado honrou compromisso com o país, diz Amin

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) disse ontem que o período de convocação extraordinária, no Senado, foi útil ao país porque houve deliberação em várias matérias. “A Casa ficou marcada pela capacidade de decidir, pois os senadores honraram o compromisso de deliberar”, considerou.

Tantas vezes foi criticado o trabalho do Congresso Nacional e, muitas das vezes, as críticas eram procedentes. Mas esse é o momento para pedirmos a aqueles que têm o direito e o dever de criticar o Senado que reflitam sobre a relação custo/benefício e os resultados eficazes da convocação extraordinária - defendeu.

Amin destacou ainda a liderança e a coordenação profícua do presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, desenvolvida nesse período. “Não é possível um processo coletivo prescindir da animação de quem tem a direção dos trabalhos e Vossa Excelência transmitiu essa animação”, assinalou.



Odacir atribui êxito à condução dos trabalhos

O líder do PTB, senador Odacir Soares (RO), atribuiu ontem o êxito das atividades realizadas durante o período da convocação extraordinária do Congresso à maneira “firme e resoluta como o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, conduziu os trabalhos”.

Para Odacir, não é só o fato de toda pauta ter sido apreciada, mas também o conteúdo das propostas que foram discutidas e votadas nesse período que merecem o apoio dos parlamentares e do conjunto da sociedade.

Em nome dos senadores José Eduardo Vieira (PR) e Regina Assumpção (MG), que integram a bancada do PTB na Casa, ele saudou a indicação do senador Eduardo Suplicy (SP) para a liderança do PT e do Bloco Oposição, em substituição a José Eduardo Dutra (SE), na próxima sessão legislativa.



Valadares lembra cumprimento do dever com o povo

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou ontem que, ao ter votado durante a convocação o conjunto das matérias que integravam a pauta, sempre com a presença maciça dos seus membros, o Senado demonstrou que “quer bem ao povo brasileiro e servir à nação”.

Valadares entende que a presidência de um político experiente

como Antonio Carlos Magalhães foi decisiva para que esse período alcançasse o êxito que todos reconhecem.

Falando também em nome do outro integrante do PSB, senador Ademir Andrade (PA), Valadares destacou o desempenho do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) como líder do Bloco Oposição durante os dois últimos anos e saudou a indicação do novo líder, senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Valadares afirmou que Dutra deu exemplo a todos “de como um líder deve se conduzir na coordenação de sua bancada, ouvindo seus companheiros, procurando uni-los em torno de uma causa comum - a de exercer em toda a sua plenitude o direito de fazer oposição”. Destacou que, embora fosse dever do líder fiscalizar as ações do Executivo, Dutra nunca deixou de dialogar com as lideranças que apoiavam o governo, sem abrir mão de suas convicções.



Benedita destaca ACM e a ação de opositoristas

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) cumprimentou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pela competência com que conduziu os trabalhos nesse período de convocação extraordinária do Legislativo, dizendo que essa foi uma ocasião em que se votou as reformas aspiradas pelo governo, mas também se demonstrou que a oposição não existe apenas para apostar no pior. “Ainda que tenhamos achado que algumas matérias votadas foram prejudiciais ao povo brasileiro, a oposição se fez presente para que as matérias fossem votadas”, afirmou a parlamentar.

Ela manifestou seu desejo de que o Legislativo dê prioridade, agora, a matérias que continuam aguardando votação e que, em sua opinião, são igualmente relevantes para a sociedade brasileira.

Senador substitui José Eduardo Dutra na liderança do PT e do bloco formado ainda por PSB, PDT e PPS, e promete trabalhar para manter a união e o respeito da bancada

Suplicy é novo líder da oposição

O PT e o Bloco Oposição têm novo líder a partir da próxima sessão legislativa, que começa no dia 16 de fevereiro: o senador Eduardo Suplicy (PT). O anúncio foi feito ontem, em plenário, pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que ocupou o cargo de líder da bancada e do bloco durante dois anos. Dutra lembrou a prática do PT de um rodízio anual das lideranças na Câmara e no Senado, e esclareceu que o fato de ele ter ficado dois anos no cargo foi uma "excepcionalidade" decorrente da criação do bloco.

Dutra agradeceu o apoio que recebeu dos colegas durante seu mandato e a boa convivência mantida com os demais líderes, inclusive com os governistas. Lembrou que, ao assumir o cargo, disse que seria "duro" na defesa das idéias mas que pretendia manter um relacionamento cordial com todos: "Acredito que conseguimos cumprir isso".



Suplicy: multiplicação dos votos

Suplicy pediu a palavra em seguida a fim de agradecer a indicação de seu nome para a liderança do PT, feita em reunião entre os cinco senadores do partido, e disse que houve consenso na avaliação de que o trabalho de Dutra foi brilhante na formação e na condução do Bloco Oposição.

Segundo Suplicy, a idéia do bloco "partiu muito da iniciativa de Dutra". O bloco é formado pelo PT, PSB, PPS e PDT e contribuiu,

na avaliação do novo líder, para o entrosamento das ações do partido e para o diálogo das oposições, como um todo:

— Em que pese sermos 12 senadores, apenas, o trabalho do senador José Eduardo Dutra conseguiu fazer com que, em termos de voto, a bancada opositorista se multiplicasse.

Eduardo Suplicy disse que houve ocasiões em que a oposição conseguiu 24 votos, 40 votos, e até mesmo vitórias. Acrescentou que Dutra conquistou o respeito de todos os senadores. E disse que se esforçará "para seguir seu brilhante exemplo e a forma com que conseguiu que a bancada ficasse unida e fosse respeitada por todos". O senador aproveitou para cumprimentar o PT pelos seus 18 anos de fundação, destacando que "mais uma vez o partido está dando um exemplo de democracia, ao promover o revezamento de lideranças".

Antônio Carlos diz que sucessor e antecessor honram mandatos

O presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães disse ontem que o líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), já é um político plenamente reconhecido no Congresso Nacional por sua atuação na liderança do seu grupo no decorrer dos dois anos em que exerceu essa função.

De acordo com o Antonio Carlos, Dutra "já honrou Sergipe com o seu mandato" pela grande contribuição que prestou ao país e ao Senado desde o começo da sua

primeira legislatura.

Antonio Carlos também saudou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que vai substituir Dutra à frente do Bloco Oposição a partir da próxima segunda-feira. O presidente do Senado demonstrou a sua admiração pessoal pelo senador paulista, a quem considerou presença necessária e forte para o equilíbrio democrático do Parlamento.

— Suplicy jamais perdeu a identidade com a sua ideologia e soube participar das principais deci-

sões do Senado de maneira ética e digna, evitando até que eu cometesse um equívoco em determinada ocasião — acrescentou.

O senador Sérgio Machado (CE), líder do PSDB, também elogiou a atuação do senador José Eduardo Dutra, lembrando a grande contribuição que prestou à democracia no país. A seu ver, a volta de Suplicy à liderança enriquece os debates no Senado, pelo seu interesse "em mudar e enfrentar desafios no sentido de fazer o país progredir".

Elcio destaca dedicação e o espírito público

O líder do governo no Senado, Elcio Alves (PFL-ES), destacou ontem o espírito público e a dedicação do líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que anunciou sua substituição pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Ao fazer uma avaliação do desempenho do líder do Bloco Oposição, Elcio Alves observou que "pode parecer paradoxal o líder do governo fazer este elogio, mas ele nasce do respeito que temos por aqueles que

querem realmente construir um Congresso brasileiro cada vez mais forte e atuante".

— José Eduardo Dutra, líder do Bloco Oposição até este instante, deixa a sua função, mas terá a conivência íntima, no relacionamento com os colegas, de que honrou o cargo que lhe foi confiado. O novo líder, senador Eduardo Suplicy, já disse bem que Dutra soube construir, unindo seus companheiros de Oposição, esclarecendo os debates aqui travados e destes participando de maneira



Elcio Alves: cargo honrado

ativa — afirmou Elcio.

Elcio Alves homenageou, ainda, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pelo comando dos trabalhos durante a convocação, criando, a seu ver, "uma imagem altamente positiva da Casa para o país".



Ney Suassuna: trabalho social

Suassuna pede ajuda a entidade beneficente

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) considerou ontem "insubstituível" o serviço prestado ao Nordeste, especialmente à Paraíba, pela Fundação Napoleão Laureano de Combate ao Câncer, entendendo ser um exemplo de empreendimento bem sucedido que responde às necessidades da população. Nesse sentido, ele defendeu a importância de o governo federal auxiliar instituições como essa "para que possam continuar cumprindo sua missão".

Lamentou Suassuna o silêncio da imprensa em relação a "experiências exemplares" que revelam um quadro diferente do "abandono e desalento" característicos do sistema de saúde no país. Ele alertou para a superlotação dos hospitais públicos, ainda carentes de profissionais e remédios, e para o problema do atendimento privado "altamente seletivo, marcado por preços exorbitantes e pela extorsão dos planos de saúde".

Reforma da Previdência é criticada

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) lamentou ontem a aprovação, em primeiro turno, da reforma da Previdência Social, pela Câmara dos Deputados, afirmando que essa proposta, apesar de alguns avanços, subtrai direitos dos trabalhadores.

Sebastião Rocha disse que se a política econômica do governo estivesse, de fato, preservando as contas públicas, se a equipe econômica buscasse o caminho da redução do déficit público, até se poderia extrair dos trabalhadores uma contribuição para que o país recuperasse sua estabilidade econômica, "mas o que se vê é um acúmulo cada vez maior das dívidas do governo, tanto interna quanto externa".

No mesmo pronunciamento ele revelou sua preocupação com a reforma administrativa.



Sebastião Rocha: revelação

Rocha presta homenagem a José Dutra

O líder do PDT, senador Sebastião Rocha (AP), homenageou o líder do Bloco Oposição pelo dinamismo com que coordenou os seus liderados, destacando que José Eduardo Dutra foi "certamente uma das mais agradáveis revelações que o Senado teve nessa legislatura".

Rocha disse que o trabalho de José Eduardo Dutra não se prendeu só às questões políticas mas também às sociais e que sua atuação à frente do Bloco Oposição foi fundamental para o aperfeiçoamento da democracia.

Tebet aponta "trabalho profícuo"

A atuação dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, e Eduardo Suplicy (PT-SP), durante as duas últimas sessões legislativas, foi saudada ontem pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MT), que reconheceu o trabalho "profícuo e ético" desempenhado por ambos diante dos "elevados interesses da nação".

— Meu partido não me incumbiu, mas falo em seu nome para elogiar o líder José Eduardo Dutra durante os dois anos em que liderou o seu grupo — disse, acrescentando que Dutra provou a sua capacidade de liderar uma oposição necessária à democracia.

Tebet lembrou a contribuição positiva ao Senado que tem sido dada por Eduardo Suplicy, que volta à liderança do PT substituindo seu colega José Eduardo Dutra também à frente do Bloco Oposição.

Emília ressalta acordo com Uruguai



A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) destacou ontem a importância da aprovação do Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil

e o Uruguai, que estabelece diversas iniciativas "em cumprimento ao desejo democrático de incrementar a integração cultural entre os países".

Entre essas iniciativas, a senadora destacou: a difusão dos respectivos idiomas e de expressões culturais e artísticas; a ampliação da tradução, edição, coedição das principais obras literárias e musicais dos dois países; a promoção do intercâmbio nas áreas de pesquisa histórica, bem como o apoio à realização de filmes sob o regime de co-produção.

Leonel destaca novo ministro do STM

O senador Leonel Paiva (PFL-DF) ressaltou a aprovação do nome do general-de-Exército José Enaldo Rodrigues de Siqueira para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga aberta pela aposentadoria do general Antonio Joaquim Soares Moreira.

Registrou a assinatura de protocolo para a implantação, em Uberaba (MG), do projeto de agro-



Leonel: elogios

indústria integrada de processamento de madeira re-florestada pela Satipel Minas Industrial Ltda. Parabenizou o prefeito Marcos Cordeiro pela iniciativa, salientando que a cerimônia reuniu personalidades como o senador Francelino Pereira (PFL-MG) e o governador Eduardo Azeredo.

Destacou a "competência do Senado, sob a batuta de Antonio Carlos Magalhães, no trato do interesse da nação na convocação extraordinária", e a "postura" do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) no exercício da liderança do PT e do Bloco Oposição.

Proposta de Ademar Andrade obriga União a notificar assembleias legislativas do repasse de recursos a cada unidade federativa

Projeto prevê rigor com verbas transferidas para os estados

O senador Ademar Andrade (PSB-PA) anunciou ontem ter apresentado projeto de lei determinando que as assembleias legislativas ou a Câmara Distrital sejam obrigatoriamente notificadas, num prazo de 48 horas, da liberação de recursos federais para os respectivos estados ou para o Distrito Federal, a fim de que possam acompanhar sua aplicação.

Além disso, conforme o projeto, o Governo do Distrito Federal ou o estado beneficiário da liberação de recursos terá a obrigação de comunicar o recebimento dos recursos aos partidos políticos e às federa-

ções e sindicatos de trabalhadores cuja base territorial compreenda a respectiva unidade da Federação, no prazo de 48 horas, contado da data da liberação.

Ademar esclareceu que o projeto visa facilitar a fiscalização da aplicação de recursos financeiros transferidos da União para os estados e o Distrito Federal, de modo a conferir a seus órgãos legislativos meios capazes de garantir a fiel observância dos princípios constitucionais.



Ademar: transparência

- Eu somente irei ampliar um projeto que já existe no âmbito dos municípios, que é a Lei nº 9452/97. Ela ajuda no processo de fiscalização e de informação à sociedade sobre os recursos da União que se destinam aos municípios - destacou Ademar.

Em aparte, o senador Leonel Paiva (PTB-DF) manifestou apoio ao projeto, afirmando que Brasília e o cidadão brasileiro precisam ter acesso a essas informações.

Alcântara elogia linha de financiamento do BNDES em favor do algodão nacional

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou ontem a decisão do BNDES no sentido de criar linha de financiamento, com juros baixos, para a compra do algodão nacional. Segundo ele, com essa medida o governo pretende estimular a competitividade do setor e



Alcântara: incentivo

reduzir o impacto das importações de algodão na balança comercial.

O Brasil, que já foi um grande exportador de algodão, é hoje um grande importador. Em 1997, o país gastou R\$ 900 milhões comprando algodão, produto que só perde para o arroz na pauta de importações da

agroindústria brasileira - afirmou.

Alcântara também comentou as ofertas de passagens aéreas com preços reduzidos, assinalando que, infelizmente, "a propaganda não corresponde à realidade", fato que considera um engodo. Para ele, quem toma conhecimento da propaganda das empresas aéreas imagina que as passagens estão disponíveis para todas as cidades brasileiras e o número de lugares é suficiente para atender à demanda.

No entanto, o que se verifica é que "não é verdade nem uma coisa

nem outra", uma vez que o número de assentos com desconto é pequeno, e muitas companhias só aplicam os percentuais de redução sobre tarifas cheias.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) apoiou o discurso de Alcântara, destacando que o "produtor nacional de algodão e de arroz está sufocado porque não consegue renegociar os seus créditos e nem obter recursos para produzir".

- Podemos ser os maiores produtores de arroz do mundo. A produção agrícola de arroz no Rio Grande do Sul é, tecnologicamente, a mais avançada do mundo, e damos ao produtor estrangeiro o que o Banco do Brasil não quer emprestar ao produtor brasileiro - ressaltou Simon.

Jonas aponta descaso com produtor de borracha, prejudicado com importação

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) disse ontem, em plenário, que "lamentavelmente estamos assistindo a uma situação de irresponsabilidade por parte do governo federal e a uma manifestação de absoluto descaso com os produtores de borracha natural do país". Ele apelou ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que determine "o cumprimento de suas decisões e promessas", quando assegurou que as medidas necessárias para resguardar o setor seriam implantadas.

Esclareceu que tem acompanhado a crise que o setor de produção de borracha vem passando devido à forte concorrência de produtos vindos do Sudeste Asiático, onde

recebem elevados subsídios. Esses subsídios, que chegam a cerca de 70% do preço final, possibilitam que a borracha natural importada chegue ao Brasil a um preço inferior ao nosso custo interno de produção, o que tem desestimulado a produção nacional, argumentou.

- Os preços recebidos pelos produtores nacionais têm sido insuficientes para assegurar a lucratividade mínima. Isso gera profunda crise social nesse segmento produtivo, deixando os produtores e seringueiros em situação de penúria - ponderou.



Jonas cobra medidas

Afirmou que "estranhamente" o governo não cumpre dispositivos da lei, de iniciativa do Executivo, aprovada pelo Congresso, e recentemente sancionada. Em decorrência, diversos produtores começam a suspender a coleta do látex de seus seringaais e a fechar usi-

nas de beneficiamento. Segundo disse, em Mato Grosso foram fechadas as usinas de Cáceres e Sinop, desempregando cerca de 150 trabalhadores, enquanto em São Paulo duas grandes indústrias encontram-se com suas atividades paralisadas.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o Ministro da Administração Bresser Pereira sobre a reforma administrativa votada em primeiro turno no Senado Federal.

7h30 - "Jornal da Amazônia" 8h - Debate entre o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) e o presidente da Embratur, Caio Carvalho sobre o programa de turismo no Brasil.

9h30 - Sessão plenária (ao vivo) Logo após: Comissão de Assuntos Econômicos (reapresentação) - exposição do diretor da ANeel, José Mano Miranda Abdo sobre o suprimento de energia elétrica no país.

14h - Entrevista com o Ministro da Administração, Bresser Pereira sobre a reforma administrativa votada em primeiro turno no Senado Federal.

14h30 - Sessão plenária (reapresentação)

19h30 - "Sete Dias na Política" - entrevista com o senador Pedro Simon (PMDB-RJ)

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h35 - "Senado em Pauta"

20h45 - Entrevista com o Ministro da Administração, Bresser Pereira sobre a reforma administrativa votada no Senado Federal.

21h30 - "Fala Cidadão"

22h30 - Debate especial com os senadores Artur da Távola (PSSB-RJ), Abdias Nascimento (PDT-RJ) e Benedita da Silva (PT-RJ) sobre a violência no Rio de Janeiro.

00h30 - Telejornal "Resumo da Semana"

2h30 - Sessão plenária

6h30 - Telejornal "Resumo da Semana"

6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)

Obs.: Obs. Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais. Programação sujeita a alterações.

DESTAQUES DE SABADO

10h - Comissão de Assuntos Econômicos (reapresentação) - exposição do diretor da ANeel José Mano Miranda Abdo, sobre suprimento de energia elétrica no país.

14h30 - Sessão Plenária de 10/02 - discussão e votação do em 1º turno da Proposta de Emenda Constitucional que trata da reforma administrativa.

19h - Debate com o senador Romero Jucá (PFL-RR) e o deputado federal Moreira Franco (PMDB-RJ) sobre a reforma administrativa.

21h30 - Entrevista especial com o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

9h15 - "Plenário em Revista" 9h30 - Sessão plenária

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

14h30 - Retransmissão da sessão plenária

19h - "A Voz do Brasil" 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

24h - Retransmissão da sessão plenária



Campos: convite é reconhecimento

Campos registra inauguração de usina em MT

O senador Júlio Campos (PFL-MT) comunicou ontem o lançamento das obras de construção da Usina Termoeletrica de Cuiabá, lamentando não poder estar presente à solenidade. Ele informou ter sido um dos primeiros incentivadores desse projeto, a seu ver "de vital importância para a economia do estado, para o progresso do povo e o desenvolvimento de Mato Grosso".

O senador lembrou que, em 1994, Roberto Hukay, o engenheiro que estudou a viabilidade do projeto, o procurou para discutir a idéia, sendo encaminhado por ele, senador, para falar com o governador recém-eleito Dante de Oliveira. Campos destacou não ter sido o único incentivador do projeto, "visto que foi o Ministério de Minas e Energia e a Eletro-norte, sob a condução do PFL, que viabilizaram essa obra".

Observando que, este ano, Cuiabá já correria o risco de déficit em energia elétrica, Júlio Campos anunciou que, em novembro deste ano, já será inaugurada a primeira etapa dessa termoeletrica. Em três anos, adiantou, haverá energia a gás gerada no território mato-grossense. Ele lamentou que o atual governador tenha se negado a reconhecer sua participação na realização desse projeto. E afirmou que é justo o convite feito pela empresa encarregada da obra para que ele comparecesse à inauguração do canteiro de obras:

"Tive a honra de ser convidado pela direção da firma Enron Engenharia S/A para essa solenidade. Não posso comparecer em virtude dos trabalhos do Senado, mas minha contribuição foi dada desde o início do projeto.

Em aparte, o senador Leonel Paiva (PFL-DF) disse que o convite a Júlio Campos, feito pela empresa, "representa o sentimento do povo de Mato Grosso".

Senadora anuncia projeto criando fundo especial para estimular estados em busca do desenvolvimento sustentado

Marina propõe incentivo à preservação do meio ambiente

A senadora Marina Silva (PT-AC) anunciou ontem que apresentará projeto de lei instituindo um fundo adicional para que os estados que preservam o meio ambiente possam investir nas atividades produtivas levando em conta o desenvolvimento sustentado.



Marina: exemplo ao mundo

- Estados como o Acre, que possui apenas 5% da sua cobertura vegetal desflorestada, precisam de um desenvolvimento diferenciado. Para isso é fundamental que os governos estaduais contem com um fundo adicional para investimentos que incorpore a variável da sustentabilidade. Nós, brasileiros, precisamos dar o primeiro exemplo ao mundo e ele será dado a partir do momento em que o Brasil invista adequadamente na Amazônia - afirmou.

Marina disse que os recursos do fundo virão de impostos federais e não poderão ser usados em serviços alheios ao desenvolvimento sustentado. Segundo ela, a apresentação desse projeto dá continuidade ao seu trabalho de ação afirmativa em relação à região amazônica.



Suplicy: ordem inversa no Rio

Suplicy vê açodamento na venda da Light

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou ontem que os problemas no serviço de energia elétrica no estado do Rio de Janeiro devem-se ao "açodamento" do governo federal, que, a seu ver, inverteu a ordem natural dos acontecimentos.

- As empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica foram incluídas no Programa Nacional de Desestatização e iniciou-se sua privatização, para só depois estudar que modelo deveria ser adotado pelo setor. E, apesar de várias empresas já terem sido privatizadas, até hoje o órgão regulador e fiscalizador do setor, a Agência Nacional de Energia Elétrica, ainda não está totalmente estruturado - ponderou.

Conforme Suplicy, as empresas de energia elétrica do Rio de Janeiro foram privatizadas, depois de ter as tarifas reajustadas três vezes acima do índice de inflação e, desde então, o serviço vem sofrendo uma degradação na sua qualidade. "O açodamento na privatização, juntamente com os pesados reajustes deste serviço imprescindível, sem que os benefícios concretos fossem trazidos para a sociedade, representam um atentado à economia popular", afirmou.

De acordo com o senador, em 1996, o lucro da empresa responsável pelo abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, a Light, foi de R\$ 173 milhões e, no ano passado, de R\$ 132 milhões, totalmente distribuído entre seus acionistas, ao invés de ser aplicado na melhoria dos serviços.

- O governo federal, ao contrário de seu discurso, incentiva as empresas a distribuir os lucros em vez de reinvesti-los, pois a Lei 9.249 taxa o lucro que é reinvestido com uma alíquota de imposto de renda de 20%, e aquele que é distribuído entre os acionistas, sob o nome de juros, é taxado em 15% - explicou.



Amorim: proteção à economia

Amorim quer Proer para pessoa física

O senador Ermandes Amorim (PPB-RO) apresentou ontem dois projetos de lei autorizando o Poder Executivo a renegociar as dívidas das empresas e das pessoas físicas em débito com o sistema financeiro público federal. Como justificativa, disse que está tentando resguardar o conjunto da economia nacional de uma retração.

Mencionando o projeto referente às empresas, ele salientou que a iniciativa estabelece critérios e parâmetros para que elas possam se beneficiar da renegociação de suas dívidas, mas evita que ocorram exageros e arbitrariedades no processo de renegociação. Destacou que essa repactuação dos contratos de dívida busca somente garantir o valor real do poder de compra da moeda.

Na defesa do projeto que contempla as pessoas físicas, o senador disse que pretende resguardar o interesse de toda a sociedade em manter a estabilidade econômica e política do país. "Se houve o Proer para os bancos, é preciso beneficiar outros segmentos da sociedade", afirmou.

Valadares pede programa de irrigação no Nordeste

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) fez um apelo ao presidente da República para que "de uma olhada" no Nordeste e impulsione um programa de irrigação na região.

- Quero alertar o governo federal para a necessidade imperiosa de implementar, o mais rápido possível, um programa de irrigação fixado com base na vocação agrícola de cada estado - acentuou.

Valadares pediu também ao presidente a transferência de recursos diretamente para os municípios que estão sofrendo os efeitos da seca, já que, em período pré-eleitoral, os governos estaduais poderiam discriminar determinados municípios.

O senador informou que o estado



Valadares: seca em Sergipe

de Sergipe está "sofrendo com a inclemência da parada das chuvas desde agosto de 1997". Segundo afirmou, 2/3 dos municípios sergipanos foram atingidos pela seca. Valadares disse que visitou alguns deles e registrou a preocupação com a situação humilhante a que está submetida a população:

- Lá, não existe sequer carro-pipa para distribuição de água potável. A população viaja quilômetros e quilômetros à procura de água, que vem em burros de carga ou na cabeça da mãe ou do pai de família, água muitas vezes sem qualidade, atraindo doenças que poderão até causar a morte.

Benedita é tema da Caprichosos de Pilares

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou ontem que o Grêmio Recreativo Escola de Samba Caprichosos de Pilares, do Rio de Janeiro, escolheu como enredo para 1998 um tema que destaca a rica trajetória dos seus descendentes no Brasil: "Negra origem, negro Pelé, negra Bené".

Benedita destacou que, desde 1982, a Caprichosos de Pilares vem marcando seus enredos com um estilo crítico, alegre e irreverente, "sempre assumindo posições co-

rajosas", como em 1985, quando exigiu "diretas já", e em 1987, quando defendeu que "o petróleo é nosso". Ela se disse honrada por ser incluída, junto com Pelé, na homenagem que a agremiação presta aos afro-brasileiros.



Benedita: enredo